

## SOBRE A SOCIEDADE PÓS-INDUSTRIAL

José Flávio Bertero

Docente do Departamento de Ciências Sociais da  
Universidade Estadual de Londrina

Resenho, nas notas que seguem, o livro de Daniel Bell: *O Advento da Sociedade Pós-industrial*<sup>1</sup>. Tal resenha se deve, em parte, aos méritos indiscutíveis do seu trabalho, e em parte, pela divulgação que teve, repercutindo sobremaneira no pensamento sociológico contemporâneo.

Entende que o conceito de sociedade pós-industrial adquire significado quando se comparam os seus atributos aos das sociedades industrial e pré-industrial. (p.146). A sociedade pré-industrial é do tipo agrário, estruturada em moldes tradicionais, onde o poder está em regra associado à propriedade da terra. A sociedade industrial apoia-se na produção de bens industriais e o poder nela instituído pertence aos capitalistas. A sociedade pós-industrial tem por base os serviços e a fonte do poder nela existente radica na informação. Esta sociedade pauta-se, pois, pela ascensão dos serviços, que se tornam hegemônicos e, inversamente, pelo declínio das atividades industriais (p.148/9) (Tese nº 1).

A perda de importância da indústria repercute sobre o operariado. Acarreta uma diminuição do trabalho operário e, em contrapartida, um incremento do trabalho dedicado aos serviços (p.146). Essa mudança afeta, evidentemente, a estrutura social. Reflete na sua composição. Não só a produção e as ocupações são alteradas senão também as classes sociais. A esse respeito, Bell observa que “a classe de operários manuais e não qualificados está-se reduzindo (...) enquanto (...) a classe dos trabalhadores qualificados vai se tornando predominante” (p.380).

A classe operária já não é mais tão expressiva quanto o fora. Ela representa agora uma minoria cada vez mais insignificante na sociedade avançada, em franco transito à sociedade pós-industrial – digo isso porque, segundo Bell, ela estaria vivendo, no último quartel do século passado, a passagem de uma a outra forma. Ao mesmo tempo, verifica-se um crescimento do trabalho assalariado. Não há incongruência

---

<sup>1</sup> Bell, D. *O Advento da Sociedade Pós-Industrial*. São Paulo. Cultrix. 1974.

alguma nisso, pois nem todo assalariado é operário: técnicos, gerentes, administradores, engenheiros, professores etc são assalariados mas não são operários (p. 172).

O sindicatos não estão livres dessa mudança. Enquanto a sindicalização operária decresce, cresce a de outros assalariados, a saber: dos empregados de escritório e dos funcionários públicos. É a chamada sindicalização das classes médias, que nos dizeres de Bell, é uma das características primordiais da sociedade pós-industrial (p.168). (Tese nº 2).

Em consequência, há uma perda de importância das classes sociais e dos seus conflitos, assim como do próprio trabalho. “O fato crucial, assevera Bell, é que “a questão do trabalho” deixou de ser central e não tem um peso (...) suficiente para polarizar todas as outras questões em torno desse eixo” (p.189). O trabalho não é mais a categoria central da vida social. Também os conflitos a ele relativos deixaram de ser fundamentais. A luta de classes perde relevância nos tempos atuais. Com o advento da sociedade pós-industrial ganham projeção a ciência e a técnica. São estas, agora, as categorias centrais. Que o diga Bell: “Na medida em que o conhecimento e a tecnologia se transformaram no recurso central (grifos meus) da sociedade, tornam-se inevitáveis certas decisões políticas” (p.299).

Ocorre, com efeito, um deslocamento dos conflitos e do poder do trabalho e das classes à ciência e à técnica. Agora, é em função destas que os conflitos se definem. A disputa dá-se, então, entre os que têm o saber (os sábios) e os que não o têm (o povo). O mesmo sucede em relação ao poder, onde o saber ocupa o lugar antes ocupado pela propriedade. A ciência tornou-se a base do novo poder. (Tese nº 3).

Na sociedade pós-industrial, o fundamental não é somente a transição de critérios de propriedade, ou políticos, aos do conhecimento, que passa a alicerçar o novo poder: é também a mudança de caráter do próprio conhecimento (p.380). O que se tornou decisivo à sociedade é a centralidade atual do conhecimento teórico; a primazia da teoria sobre o empírico (p.380). Toda sociedade vive agora pela inovação e pelo desenvolvimento; o conhecimento teórico é que se transformou na matriz da inovação (p.380). Se figuras dominantes no último século foram as do empresário, do homem de negócios e do executivo industrial, os “novos homens” são os cientistas, matemáticos, economistas e engenheiros da nova tecnologia industrial (p.380). O controle da sociedade não é mais econômico e sim político (p.409). E a “classe” mais importante dessa sociedade emergente é antes de tudo profissional, apoiada mais no conhecimento

que na propriedade (p.410). Essa nova sociedade é uma meritocracia (p.449). (Tese nº 4).

O referencial empírico de Bell é a sociedade norte-americana. É baseado em dados estatísticos coligidos desta sociedade que diz ocorrer à passagem da sociedade industrial à sociedade pós-industrial. Se a industrialização é relevante para a conformação do caráter da força de trabalho, tal sociedade já não pode ser considerada industrial. Ela metamorfoseou-se numa sociedade de empregados de escritório, funcionários, em suma, de prestadores de serviços (p.155).

A grande mutação deu-se a partir de 1947. Até então, os empregos distribuíam-se de forma equilibrada. Mas, a contar daí, os índices de crescimento começaram a se desviar de uma maneira inédita e acelerada. De 1947 a 1968, houve um acréscimo de cerca de 60% nos empregos em serviços, enquanto as indústrias apresentavam um aumento inferior a 10%. Apesar da constância do crescimento da produção industrial, essa tendência deverá perdurar. De um modo geral, a indústria que empregava vinte e sete milhões de operários em 1968, deveria chegar, conforme os prognósticos de Bell, em 1980, a cerca de trinta e um milhões. Contudo, a parte que lhe caberá no emprego total descerá a menos de 32% em 1980, no lugar dos 36% de 1968 (p.151). Ao passo que, os empregados em escritórios, cujo montante em 1968 era de trinta e cinco milhões e seiscentos mil (46,7%), subiria para quarenta e oito milhões e trezentos mil (50,8%) em 1980. Os prestadores de serviços passariam de nove milhões e quatrocentos mil (12%), em 1968, para treze milhões e cem mil (13,1%), em 1980. Juntos, os empregados em escritórios e os prestadores de serviços ascenderiam de quarenta e cinco milhões (59,1%), em 1968, a sessenta e um milhões e quatrocentos mil (64,6%), em 1980. Nesse mesmo período, os trabalhadores rurais decresceriam de três milhões e quinhentos mil (4,6%) para dois milhões e seiscentos mil (2,7%) (p.157).

De acordo com Bell, os dados antes expostos não deixam dúvidas sobre o advento da sociedade pós-industrial. Eles são a prova incontestável disso. Será? Vejam bem, não estou duvidando da veracidade dos dados, nem de sua importância à análise sociológica. Muito pelo contrário, visto que pretendo fazer uma outra leitura deles, distinta da de Bell, cuja ótica é positivista. Quem sabe por isso não ousou ir além dos dados. Na verdade, aferrou-se a eles. Sem querer fazer trocadilho, eles são para ele o critério da verdade científica. Sem eles não há como provar a cientificidade do conhecimento. Não percebe que os dados não tem existência própria. Que eles são mediados por determinações histórico-estruturais. Motivo pelo qual é preciso

ultrapassá-los, a fim de que se possa apreender as referidas determinações, sem o que os dados são coisas mortas, sem poder explicativo. Mas aí a explicação é outra. Mesmo porque, a concepção do real é outra. E a ciência a ela correspondente é diametralmente oposta à sua. Não é à toa que dialoga o tempo todo com Marx, a quem quer refutar. Claro é que as suas diferenças com este autor não são somente teórico-metodológicas. Elas são também, e principalmente, políticas.

Isso nos obriga a rever as idéias de Bell. Começemos pelo que designei de tese nº 1: a do advento da sociedade pós-industrial, cuja base são os serviços. Vimos que, para ele, pós-industrial é a sociedade em que prevalecem os serviços. As suas antecessoras foram às sociedades industrial e agrária, nas quais prevaleciam, respectivamente, a indústria e a terra. É inegável o esquematismo desse raciocínio, o qual tem implicações. Uma delas é a abstração das determinações sociais, sem as quais não se apreende as particularidades assumidas pelos serviços ao longo da sua trajetória, mais especificamente no período recente da evolução da sociedade norte-americana. Notem que digo determinações sociais e apreensão, em claro contraste com o aparato conceitual de Bell, a meu ver imprescindível a uma melhor compreensão da mutação pela qual passa a sociedade contemporânea. A distinção entre produção de bens e serviços pode ser útil do ponto de vista estatístico, mas não ajuda em nada, antes, pelo contrário, dificulta o entendimento do problema. A diferença entre produção de bens materiais e a produção de serviços é cada vez mais tênue. A bem da verdade, à medida que se amplia a divisão social do trabalho, essa correlata da troca ignorada por Bell, a separação entre elas tende a desaparecer. Os serviços são progressivamente orientados para troca. São, mais e mais, prestados sob a forma de mercadorias, por meio de empresas, cujos trabalhadores são, no geral, assalariados. Ora, uma coisa é um serviço; outra, inteiramente diversa, é uma empresa que presta serviços. Aqui, ele, serviço, é um valor de troca; lá, é apenas um valor de uso. Naquele caso, independentemente da imaterialidade do seu produto, ele é produtivo; neste último caso, não o é, simplesmente porque não gera mais valia. Os exemplos são muitos. Enumeremos somente alguns: uma faxineira que trabalha para uma empresa prestadora de serviços. Neste caso, o seu trabalho realiza-se sob o mando do capital, a quem valoriza. O seu trabalho insere-se no trabalho social, abstrato, do qual é uma partícula e uma das suas expressões concretas. A mesma coisa não acontece com uma faxineira doméstica, cujo trabalho, a despeito de assalariado, é pago com renda e não com capital, como o é no outro caso. Esse exemplo esclarece muitos outros: o trabalho de um médico em um hospital ou em uma clínica

privada não é igual ao trabalho de um médico em um posto de saúde ou noutra instituição pública de saúde, bem como este não é igual ao trabalho médico quando executado pelo profissional em seu próprio consultório. Os exemplos são muitos. Não vou me estender sobre eles. Para encerrá-los, cito apenas o caso do professor. Ser professor numa instituição pública é diferente de ser professor em uma instituição privada de ensino: no primeiro caso, ele é funcionário público; no segundo, é proletário. O que define a situação social das pessoas não é, conforme se vê, a ocupação ou a profissão, como pensa Bell. No exemplo dado acerca dos médicos, todos eles são médicos, porém a situação social deles não é a mesma. O que as diferencia não é a profissão nem a ocupação e sim as distintas relações sociais que eles travam. Um médico assalariado em um hospital ou clínica privada é um proletário, o que não acontece com o médico que trabalha em um hospital público. Neste caso, embora assalariado, ele não é proletário. Diferente ainda é a situação do médico que trabalha em seu próprio consultório: aqui ele é um assalariado ou capitalista dele mesmo, ou simplesmente um pequeno capitalista, dependendo da forma assumida pelo seu trabalho. São, consoante disse, as relações de trabalho que definem a situação social de cada um deles e não a ocupação ou a profissão, conforme quer Bell. O mesmo sucede com os professores. Tomemos mais um exemplo, o de um empregado numa empresa estatal, das áreas de petróleo, comunicação, telecomunicação, transportes, energia etc. Malgrado pública, ela é uma empresa, que opera em condições semelhantes a de uma empresa privada, e seus empregados são, em regra, proletários, muitos dos quais, além disso, são operários, para surpresa de Bell e de tantos outros.

Não há nisso nenhum absurdo. O trabalho operário é extensivo aos serviços. Não a todos, mas a certos serviços, evidentemente. Até porque, os serviços, a exemplo da agricultura, industrializaram-se, e ao fazê-lo adentraram a fase especificamente capitalista de produção, que concretamente se expande por toda a sociedade.

Ambos, agricultura e serviços, converteram-se em ramos da indústria. As suas organizações assumiram a forma empresarial, e os seus produtos a forma de mercadorias. Isso mesmo nos serviços que, por causa do seu caráter imaterial, são eles próprios transformados em mercadorias e, para repetir o já dito, prestados por meio de empresas, as quais, obviamente, assalariam os seus empregados, cuja presença aumenta entre elas. O trabalho assalariado invade os serviços e a agropecuária; generaliza-se, em suma. Se bem que, esses dois setores, à medida que tecnificam os seus processos produtivos, tendem a expelir trabalhadores dos seus meios. Eles estão sob o redemoinho

da inovação tecnológica: inovam ou são penalizados, na concorrência pela lei do valor – que não acabou, como chega a advogar Bell, num trabalho mais recente. (*apud*, Kumar, 1997). O que não quer dizer que todos os seus agentes econômicos sigam isso à risca. Como toda tendência, essa tendência exprime um movimento contraditório. Por certo há, dentre eles, os que nem sequer espírito empreendedor possuem. Mas esse fato já não é mais a regra. A concorrência é monopólica. A livre concorrência vigora agora somente entre as atividades menos rentáveis, as quais são, normalmente, relegadas aos capitais menores. Se, por um lado, o capital tende a se aglutinar nas atividades mais rentáveis, por outro, ele pulveriza-se numa miríade de pequenas e até mesmo minúsculas atividades. São as faces opostas da sua dinâmica, que compreende a indústria propriamente dita, os serviços e a agropecuária, todas elas subsumidas na produção social, para espanto de Bell.

Não se pretende, com isso, desconsiderar as suas respectivas peculiaridades, nem tampouco as diferenças internas existentes em cada uma delas. Predominância não significa homogeneidade. Somos conscientes da diversidade das formas de trabalho vigentes na cidade e no campo, em que muitas das quais, cabe notar, funcionam como autênticos refúgios de desempregados. A tendência natural delas é, entretanto, a de subsumirem-se nesse processo, sob a égide do capital, em seu apogeu financeiro. Ao invés do que afirma Bell, a sociedade que ai está não só permanece capitalista como apresenta uma industrialização generalizada, universal, pela primeira vez na história (Mandell, 1983). Revela-se, assim, a inconsistência da tese de Bell acerca do advento da sociedade pós-industrial.

Uma vez negada a sua tese básica, passemos ao exame dos outros pontos da sua análise. Um deles concerne à descentralidade do trabalho. Há evidências contrárias a isso. Salvo engano, o trabalho, enquanto atividade produtora de valor de uso, é uma atividade geral, universal, isto é, que sempre existiu e que muito provavelmente continuará existindo, porquanto ainda não inventamos um outro meio de garantir a nossa sobrevivência que não através dele. Acontece que, sob o capitalismo, o trabalho não produz somente valor de uso, ele produz também, e principalmente, mais valia. Esse é indubitavelmente o indicador maior de que a sociedade prossegue capitalista, com sua dinâmica assentada na acumulação de capital, mediante a extração do sobretrabalho sob a forma de mais valia. Tal acumulação, é verdade, agora se encontra prejudicada pela crise que assola a sociedade há aproximadamente três décadas; crise essa vista pelos analistas, não apoloéticos, é claro, como decorrente da queda da taxa

de lucro (Chesnais, 1997) e que não é senão outro meio de se evidenciar a vigência da lei do valor e, por conseguinte, do trabalho, sua substância e medida (Mandell, 1990). Apesar de reduzido, especialmente na sua forma operário- fabril, o trabalho continua sendo a única fonte do valor. A sua potenciação pela tecnologia moderna não o destruiu, pelo menos até aqui, caso contrário não haveria crise que, reiteramos, é crise de acumulação, no momento bloqueada, não pela diminuição do trabalho concreto, o qual não produz valor, visto que o trabalho que o produz é o trabalho abstrato, ignorado por Bell, e sem o qual não haveria nem mesmo troca. E troca há. Não só há, aliás, como ela tem-se expandido, em escala nacional e internacional, disseminando-se por todo o planeta. Viabiliza-a o valor. É por meio deste que ela se realiza. O valor é o seu regulador. E é isso, senhor Bell, que define a sociabilidade. Numa sociedade cujas relações são mercantilizadas, as pessoas relacionam-se umas com as outras na troca, por meio da forma valor. Ai, o que conta não são as qualidades de cada uma delas e sim as coisas de que são portadoras, expressas geralmente por seus bolsos. As pessoas são indiferentes entre si. Malgrado isso, o nexos social é dado por ela, troca. Penso ser essa a razão, quiçá principal, do desmantelamento das culturas locais, assinaladas por Bell. Não há cultura que resista a ação avassaladora do dinheiro; que, tal qual as demais mercadorias, é produto do trabalho; trabalho esse que encerra um duplo aspecto: trabalho concreto e trabalho abstrato; enquanto este gera valor e mais valia, aquele gera o valor de uso no qual o valor e a mais valia se materializam. Nota-se que a mercadoria, enquanto unidade do valor de uso e do valor, não é uma coisa, simplesmente. É uma relação social, uma relação social de produção, quero dizer de classes, na qual está contida a exploração de uma classe pela outra. No caso em apreço, do proletariado pela burguesia.

Chegamos assim a outro ponto de nossa discórdia de Bell, a da perda da importância das classes e dos seus conflitos na sociedade atual. Vimos que, para ele, o operariado não é mais o mesmo de antes; que ele vem, progressivamente, perdendo terreno para outras categorias profissionais, que adquirem projeção na vida social moderna, a saber: empregados de escritórios, funcionários, técnicos, gerentes, engenheiros, administradores, professores etc, os quais, conquanto assalariados, não são operários. O que, no meu entendimento, não quer dizer que não são proletários. As categorias mencionadas são empíricas. Ao ater-se a elas, Bell abstrai as relações sociais, imprescindíveis à compreensão da situação de classe desses e dos demais trabalhadores. Examinemos o caso do gerente, que lança luz sobre outras categorias. Ele é, na maioria

das vezes, um assalariado, cujo trabalho se realiza sob o mando do capital, a quem valoriza. Visto desse ângulo, que é o que importa, ele é um proletário, tal como o é um operário do chão de fábrica, ou ainda mais surpreendente, como um porteiro ou uma faxineira de um hotel, independentemente do número de estrelas que este possa ter. Faço menção a estas duas últimas categorias por elas pertencerem aos serviços. O proletariado adquire desse modo uma maior abrangência. Não se restringe mais ao trabalho fabril, se é que algum dia restringiu-se. Ele inclui operários industriais, assalariados rurais e prestadores de serviços, desde que isso se dê por meio de empresas nas quais se assalariam. Não há nisso nenhuma novidade. Ao revés, isso é mais velho que a minha avó. Marx, esse interlocutor predileto de Bell, o demonstrara há mais de um século (Marx, 1978).

O proletariado não só não acabou como alargou-se. Pudera! Sem ele o capital não se reproduz. Ao que tudo indica, não para Bell, é certo; ele, capital, bem ou mal, tem-se reproduzido; reprodução, aliás, que consiste basicamente na reprodução das relações sociais que lhes são constitutivas; visto que é uma relação e não uma coisa, por mais que se cristalize em coisas. São tais relações que, em seu conjunto, formam a sociedade; a qual persiste capitalista, pois as relações que a formam persistem capitalistas; e tais relações, convém explicitar, são de classes, as quais não existem sem luta. Por aí se vê quão equivocada é a tese de Bell sobre a perda da importância das classes e dos seus conflitos. Só de um ponto de vista apologético é que se pode sustentar essa tese. Seja dito ainda que nada mais mecanicista do que supor que a sociedade capitalista transitaria a uma outra sociedade, sem que houvesse necessidade da mediação das lutas de classes.

Mas não é só. As classes pressupõem o trabalho, em especial o trabalho assalariado, no caso em questão. E o trabalho assalariado tem-se expandido, no entendimento do próprio Bell. A primeira onda de sua expansão dá-se entre as antigas profissões liberais: médicos, dentistas, arquitetos, engenheiros, advogados, a maioria dos quais assalariados em empresas privadas. A segunda onda é de executivos. Essas duas formas de assalariamento vão na direção oposta à redução do operariado fabril. As mudanças ocorrem mais no sentido de Braverman do que de Bell e de outros que virão no rastro deste autor. Não só porque cresce o assalariamento, mormente nos serviços, cada vez mais prestados por meio de empresas. Senão também porque há um alargamento do trabalho social, abstrato, cujos pré-requisitos são, além da ampliação da cooperação, da troca e da divisão social do trabalho, a desqualificação, a simplificação e

a conseqüente universalização do trabalho, todas elas movidas pelo incremento da produtividade proporcionado pelo avanço tecnológico. Assim, se o trabalho assalariado tende a regredir na fábrica, ele expande nos serviços, muitos dos quais se tornam produtivos, constituindo-se em campo de acumulação. Isso tanto nos grandes quanto nos pequenos empreendimentos. Basta ver o que acontece com os transportes e armazéns, as telecomunicações, comunicações, empresas de publicidade e marketing, de turismo, lazer, culturais, hoteleiras, de ensino, advocacia, clínicas médicas, hospitais, clínicas e consultórios dentários, serviços de manutenção, reparação e conservação, de limpeza, de segurança, e outros serviços menores, como jardinagem, de tarefeiros e biscateiros, os supostos conta-próprios, autônomos, informais, muito freqüentemente fecundados pela dinâmica capitalista, á qual mais e mais se incorporam. Como produtores mercantis, quer em regime similar ao artesanal ou manufactureiro ou da indústria moderna, os prestadores de serviços têm, não raro, a sua produção conectada à produção social, da qual formam um ramo ou setor. Os serviços não possuem uma lógica própria. A sua lógica é a mesma da sociedade global, que os inclui. Lógica esta que se universaliza, com a expansão capitalista, abarcando-os. Instala neles a sua maneira de produzir, há algum tempo predominantemente industrializada. Logo, eles formam, desse modo, uma unidade com a indústria propriamente dita e com a agropecuária, igualmente industrializada. Unidade essa, vale notar, que compreende diferenças no seu âmbito. Nenhum desses setores ou ramos é homogêneo. Mas, não são dispersos. São constitutivos (de) e constituídos (por) um único modo de produção, o especificamente capitalista (Oliveira, s/d; Braverman, 1977; Kowarick, 1975).

Fato esse não observado por Bell, por estar preso às ocupações. Não se dá conta de que o que importa são as efetivas relações de trabalho, na sua forma social, subsumida na produção social que, conforme se viu, continua capitalista. Do ponto de vista desta, as ocupações são de somenos relevância. Até porque, elas não têm existência própria. Pertencem a um organismo social, do qual não são mais que formas de manifestação concreta. Tal organismo é o trabalho social, abstrato, cuja tendência é a de alargar-se, mediante a progressiva universalização do trabalho, mesmo nos serviços. Também estes são reféns da produtividade social. São, por isso, impelidos a inovar. Inovam ou perecem. A inovação tecnológica simplifica o trabalho. Universaliza-o ainda mais. Eis por que o trabalho abstrato tende a alargar-se. Os presupostos disso, sabe-se, são a ampliação da cooperação, da troca e da divisão social do trabalho, a qual tem atrás de si a generalização do assalariamento. É esse trabalho, o abstrato, que gera sobrevalor.

É ele, com efeito, que possibilita a valorização do valor, isto é, a acumulação. E é isso que move o capitalista, seja qual for o campo de sua atuação. É esse o único motivo indutor de suas operações. Ele almeja isso, subjetiva isso, funciona como capitalista ou capital personificado (Marx, 1983). O valor de uso não é nunca sua meta imediata. Tampouco o é o lucro isolado, mas o incessante movimento do ganho. Claro é que é no valor de uso que o sobrevalor se materializa, assim como ele é condição da troca. São as necessidades que levam as pessoas a trocar. Tais necessidades só podem ser supridas por valores de uso específicos. Não importa se sob a forma de coisas tangíveis ou de serviços. Tudo depende das necessidades. O motivo da troca é sempre subjetivo. Por isso mesmo, ele é egoísta e mesquinho. Ainda sim, é por meio dela que se estabelecem os nexos sociais. As pessoas se unem através da troca, que, vale frisar, é mediatizada pela forma valor. É esta que possibilita a equiparação das diferentes mercadorias entre si. Confere-lhes equivalência. A troca requer equivalência. Acontece que nela o valor de uso é reduzido ao valor. A diversidade dos valores de uso é abstraída. Conta-se somente o que elas têm em comum, ou seja, o fato de o trabalho neles incorporado ser um modo particular de realização do trabalho social. É este trabalho o determinante do valor e do sobrevalor. É ele que interessa ao capital. Pois sem ele, este senhor não se autoreproduz. É essa a razão pela qual procura, incessantemente, incluir em seu âmbito novos trabalhos concretos. Certo é que se tem a contrapartida disso, qual seja, a exclusão de certas formas de trabalho do seu âmbito. Haja vista a diminuição do operariado fabril. Um exemplo inverso deste é dado pelos serviços. Por outro lado, no tocante a estes, cabe observar que há serviços públicos e serviços que, não obstante privados, não se inscrevem no circuito do capital. Nos dois casos, eles são improditivos.

Evidencia-se, dessa maneira, a importância da forma valor para a compreensão da sociedade contemporânea e da sociabilidade que lhe é peculiar. Ambas, convém reiterar, capitalistas. De modo que, os prestadores de serviços produzem basicamente para ela, sociedade, cujos membros, por seu lado, trabalham para os executores de tais atividades e de outras que não os serviços, evidentemente. Eles são, portanto, trabalhadores da sociedade, na qual e para qual trabalham diretamente. São, como procuramos demonstrar, produtores de mercadorias, mesmo quando essas assumem a forma imaterial. Produzem mercadorias para outros produtores de mercadorias. O que significa que as suas atividades não são imediatamente sociais, visto que, sendo majoritariamente mercantis, a sociabilidade que se tem no seu interior é igual à da

sociedade global que, para repetir o já dito, a inclui, e em que os vínculos sociais são determinados na troca, pela forma valor.

Se capitalista é a sociedade que está sob o mando do capital, é lícito afirmar que os trabalhadores a que estamos nos reportando são trabalhadores do capital. É neste que, em última análise, eles subsumem-se, no geral valorizando-o. Isso, mesmo quando não são assalariados de terceiros, nem proletários. Lembramos os autônomos, os por conta-própria e tantos outros que praticam pequenos negócios sem assalariar outras pessoas. Ainda quando não se encontram diretamente subsumidos no capital, se nele subsumem por analogia ou idealmente (Marx, 1978 e 1985). São assalariados ou capitalistas deles mesmos. A causa dessa submissão não se deve ao trabalho que executam, mas à posse de meios de produção, que geralmente revestem a forma de capital. Além disso, enquanto produtores mercantis, dependem do preço, bem como da produtividade social, em torno da qual giram suas taxas de lucro. A apropriação deste não se dá pela via do trabalho. Ela é feita por intermédio da distribuição, que pressupõe a circulação, na qual vigora a concorrência.

Está-se, aí, no terreno da lei do valor, que os premia ou penaliza, segundo as suas capacidades produtivas. Os mais bem dotados produtivamente, normalmente apropriam-se de uma porção maior do produto social sob a forma de lucro; lucro que, ao lado do salário e da renda, formam o conjunto dos rendimentos através dos quais se dá a distribuição social e que não são mais que expressões das relações sociais capitalistas.

Voltemos, entretanto, ao exame das classes. Bell diz, com razão, diga-se, que nem todo assalariado é operário. O que me possibilita acrescentar que nem todo proletário é operário, ainda que todo operário seja proletário. Os serviços ilustram isso. Nestas circunstâncias, eles inscrevem-se no circuito do capital. Os trabalhos neles realizados integram a divisão social do trabalho e, logo, integram o trabalho social, abstrato, do qual são partículas, simples formas de realização concreta. A mesma coisa não sucede com uma faxineira doméstica ou com um funcionário público. Conquanto assalariados, não são pagos com capital, fato que os exclui do circuito deste. Diferentes são os casos do comerciário e do bancário. Ambos incluem-se no circuito do capital, uma vez que são seus assalariados, mas não como trabalhadores produtivos. Os seus trabalhos não lhe rendem mais valia. Distinguem-se dos improdutivos que não trabalham para o capital, porque são improdutivos no interior do processo social de produção, pertencentes que são a esfera da circulação. Os outros improdutivos, ilustrados pelos casos da faxineira doméstica e dos funcionários públicos, são exteriores

a mencionada esfera da produção social. São assalariados, em geral mal pagos e explorados, mas não proletários. Há, porém, uma diferença entre eles: o funcionário presta um serviço público, o que não acontece com a faxineira doméstica. Essa particularidade do funcionário público talvez o enquadre no rol dos trabalhadores assalariados, a que, resguardadas as particularidades assinaladas, também pertencem os assalariados do comércio e dos bancos, os quais, contudo, possuem diferenças em relação a estes. Os funcionários são trabalhadores assalariados mas não são proletários, posto que não produzem mercadorias nem os seus trabalhos estão a serviço do capital. O que não é o caso do comerciário nem do bancário, que estão a serviço do capital, porém improdutivamente. Quanto a isso, não é diferente o trabalho de um gerente de uma empresa comercial ou bancária. Ambos são igualmente improdutivos. Coisa que não acontece com o gerente de uma empresa cujo capital é produtivo, como uma indústria, por exemplo. Neste caso, ele é um assalariado cujo trabalho valoriza o capital. Isso faz dele um proletário. Não importa o lugar que ele ocupa na hierarquia empresarial nem o montante de seu salário, geralmente alto e que lhe propicia um padrão de vida e um prestígio diferenciados. Importa, sim, a sua inserção na divisão social do trabalho, da qual depende e das efetivas relações de trabalho que trava. É isso que define a sua situação de classe. O salário, expressão econômica das suas relações sociais, bem como o padrão de vida e o prestígio que dele derivam, definem a sua posição na escala hierárquica social ou, posto de outro modo, definem a sua inserção num determinado estrato social. A sua identidade social é dada aqui empiricamente, pelos elementos apontados, ao passo que a sua identidade de classe é dada pela sua inserção no trabalho social, ou seja, pela sua condição de produtor de mais valia. Tem, assim, a sua existência inteiramente determinada pelo social, que lhe impõe as suas inserções na estrutura de classes e na estratificação social. A posição social privilegiada que freqüentemente ostenta não o afasta da sua condição de proletário. Ao revés. É a sua inserção específica nessa classe que particulariza a sua posição social. Se não há uma relação mecânica na determinação desta, também não há uma autonomia de sua parte, nos termos de Weber. O que há são mediações entre elas, mas numa relação de dependência.

Assim, a sua inserção no trabalho social determina tanto a sua situação de classe como a sua posição social ou, mais precisamente, a sua inclusão em um certo estrato social. Neste caso, a sua identidade é dada pelo nível salarial, padrão de vida e prestígio, caracteres empíricos esses que dificultam a sua tomada de consciência de classe. A sua

posição social, além de mascarar a sua situação de classe, proporciona-lhe uma outra consciência, em geral oposta àquela, prisioneira que é, quase sempre, da vida imediata. Há uma ambigüidade na sua existência, com reflexos na consciência: como membro de classe, pertence ao proletariado; como membro de estrato, pertence aos estratos socialmente mais elevados. Conquanto isto contradiga a sua situação de classe, não a invalida. Apenas a encobre. Os estratos são categorias empíricas, fenomênicas. As classes, ao contrário, são categorias históricas e estruturais e, por isso mesmo, gerais, abstratas. Não há relação mecânica entre esses dois níveis da realidade social e suas mediações, assim como entre a existência e a consciência social.

Alongamo-nos sobre isso, a fim de afastar possíveis dúvidas. Retornamos, no entanto, aos serviços, base da tese de Bell. Sabemos que eles integram a produção social. Mais: que muitos deles são produtivos, embora haja dentro de si improdutivos, cuja presença marcante ocorre mormente na esfera pública. Na esfera privada dá-se o inverso. Nesta esfera, eles são cada vez mais mercantilizados. São, por isso, essencialmente prestados por assalariados, via empresas. Daí por que a proletarização no seu âmbito. Não só. Em certas atividades o trabalho assemelha-se ao trabalho operário. Operário, sim, pois não devemos esquecer que os serviços se industrializaram. Tanto assim que adotaram princípios análogos aos que norteiam a organização industrial, inclusive os gerenciais; sendo, ademais, regidos pelas mesmas leis que regem a indústria, leis essas impostas pela produção capitalista a que ambos se subsumem.

Afasta-se, desse modo, todo e qualquer intento de conceber os serviços como algo à margem da produção social, assim como a consequência natural deste intento que é a de conceber o trabalho que neles se realiza à margem da divisão social do trabalho, de tal forma que ele gozasse de autonomia em relação a esta; quando, na realidade, as múltiplas formas assumidas pelo trabalho que neles se realiza não são senão as formas de aparição concreta da aludida divisão do trabalho; divisão esta que se amplia, redefinindo-se continuamente e incorporando novas formas de trabalho.

Desse ponto de vista, os serviços não divergem da agropecuária e da indústria propriamente dita. Tal como estas, submetem-se à lógica da produção social, que é capitalista e a cujos desígnios obedecem. O trabalho que neles se realiza é, não raro, capaz de render-lhe mais valia (Braverman, 1978). Não é demais repetir que nem todo serviço é produtivo. Há serviços improdutivos, dentre os quais os mais expressivos são os bancários e os comerciais e os públicos. Mesmo assim, são mercantilizados. A mercantilização é geral. Fora dela é praticamente inexequível a prestação de serviços. É

por meio dela que o prestador de serviços se enreda na produção social. Estabelece vínculos com ela, passando assim a compô-la. A expansão da mercantilização estimula a expansão da referida produção, a qual, na esteira daquela, amplia-se e generaliza-se entre os seus vários ramos ou setores. Ao fazê-lo, impõe não só aos serviços senão à toda a sociedade a sua maneira de produzir, a industrial, que se encontra numa etapa avançada do seu desenvolvimento, chamada por alguns de terceira revolução industrial.

Essa generalização, mediante a qual, convém ressaltar, os serviços e a agricultura se industrializam, altera as suas respectivas relações sociais e, por consequência, as suas composições de classes. A mudança é técnico-econômica, mas também, e sobretudo, social, cuja estrutura é unificada. O proletário e a burguesia estão presentes agora nos serviços e no campo. O mesmo ocorre com o operário. Quiçá em menor número e, no caso específico dos serviços em tão-somente algumas atividades. A despeito disto, é lícito indagar: que diferença há, por exemplo, entre o trabalho de um empregado de escritório e o de um operário de chão de fábrica, quando os dois operam um computador. O que pode diferenciá-los é o programa que executam. Como, em geral, o programa não é concebido por nenhum deles, eles não são mais que simples executores de determinados programas. Talvez a diferença entre eles resida no objeto e no produto de seus trabalhos<sup>2</sup>. De resto, são iguais. A menos que se entenda o trabalho de escritório como improdutivo. O que não acontece com outros trabalhos, entre os quais se incluem os que possuem semelhanças com os dos operários, cujas operações que executam não estão informatizadas. Os transportes parecem exemplificar isso.

Vimos que nem o trabalho nem as classes sociais perderam importância na vida social contemporânea. O trabalho assalariado permanece como seu substrato material, em torno do qual se estabelecem as relações sociais que a constituem. Relações estas de classes, à cujas existências são inerentes conflitos que, além de inconciliáveis, revelam a sua contradição maior.

---

<sup>2</sup> “Este serviço não difere absolutamente do serviço da fábrica, exceto quanto a que não ganha tanto”, “disse um operador em grande escritório de implementos agrícolas”. *Apud.* Braverman, 1978, p.284. Para este autor, a “ciência moderna do estudo do movimento trata o trabalho do escritório e da fábrica de acordo com os mesmos critérios de análise, como aspecto de movimentos invariáveis de “operadores” humanos”. (p.270). Essa eliminação da distinção entre trabalho em fábricas e em escritórios, por meio da qual o trabalho fica reduzido em simples comportamento de movimento, não é mais que a sua redução a trabalho abstrato, cuja medida é o tempo. Mesmo quando não informatizados, os grandes escritórios funcionam à maneira da fábrica, uma espécie de linha de montagem da fábrica, fluxo contínuo, com os trabalhadores organizados de modo muito parecido (p.256). Já ai havia predomínio da racionalidade funcional.

Vimos, ainda, que tal vida social continua capitalista. Que ela generaliza a industrialização, a qual tende universalizar o trabalho, fato que reforça e amplia a sua socialização, com o crescente assalariamento e a inclusão de serviços e do trabalho rural no rol do trabalho produtivo, quer dizer, proletário. Não só isso. Dado que a agricultura e os serviços estão organizados em moldes industriais, é pertinente conceber parte do trabalho assalariado que neles se realiza como similar ao do operário. Se bem que não em todos os serviços, mas tão somente em alguns deles, que ademais de mercantilizados e executados por intermédio de empresas, acham-se constantemente modificados pela progressiva perda do seu caráter artesanal.

Essas categorias sociais não são sinônimos. Elas são distintas. Todo operário é proletário. O inverso, porém, não é verdadeiro. Nem todo proletário é operário, bem como nem todo assalariado é proletário. O proletariado é mais abrangente que o operariado e menos abrangente que os assalariados, cujo contingente inclui trabalhadores improdutivos. Um médico, por exemplo, quando assalariado em uma empresa, de saúde ou não, é proletário e não operário. Uma empregada doméstica ou um funcionário público, embora assalariados, não são proletários. Os seus trabalhos não são pagos com capital. Capital não é coisa, mas relação social, de classes, repito; logo, nenhuma das classes antes assinaladas existem isoladamente. Tanto o proletariado como o operariado só existem em relação à burguesia e vice-versa. Os seus interesses são opostos. É esta a razão por que elas não existem sem lutas. As lutas são inerentes as suas existências. Não há classes sem lutas. Os argumentos de Bell revelam-se inconsistentes. Ele que já havia decretado o fim da ideologia, decreta agora o fim das lutas de classes. Os conflitos, segundo ele, não mais lhes dizem respeito. Eles tem a ver então com a ciência e a técnica, as novas categorias centrais. A ciência e a técnica tornaram-se a base do novo poder. É em função delas que se dão as disputas. Estas dão-se, na nova sociedade em gestação, entre os que tem e os que não tem o saber. Os sábios são os novos detentores do poder. Eles são os meritocratas.

Nada de original nisso. Outros, antes dele, anunciaram a morte do capitalismo e a conseqüente emergência de uma nova sociedade, em que o poder não estaria mais nas mãos da burguesia, apropriadora dos meios de produção, e sim nas mãos dos técnicos (Galbraith, 1958), dos detentores de autoridade (Darhendorf, 1959), dos possuidores de informação (Touraine, 1969). Paro por aqui, porque a lista desses autores é bem maior. O estudo deles ultrapassa o meu objetivo aqui, que é o de examinar as idéias de Bell a respeito do poder. Sabemos que, a seu ver, na sociedade pós-industrial a centralidade

pertence ao conhecimento teórico. O poder deslocou-se da propriedade para o conhecimento; conhecimento esse, a bem da verdade, essencialmente teórico e imprescindível à inovação tecnológica, primordial nos tempos recentes. É essa a causa da ascensão dos sábios, que fez deles os novos depositários do poder.

Já aludi sobre o mecanicismo desta concepção. Restrinjo-me, neste momento, a anotar que esta concepção é negadora do que há de propriamente social na vida dos homens: as ditas relações sociais, sem as quais não se entende nem se explica a vida social e menos ainda as suas transformações, que a particularizam. Seguramente, tais relações ainda são predominantemente capitalistas. O que quer dizer que a sociedade a que constituem permanece, em essência, capitalista e não pós-industrial ou coisa que o valha.

Não é que essa sociedade não tenha mudado. Longe disso, ela não só mudou como está em franca e rápida mutação. Porém, tal mudança não a conduziu ao pós-industrialismo mas, pela primeira vez na história, à generalização da indústria entre as várias atividades. A análise de Bell, sob o argumento de mudança social, descarta essas relações, fato que o leva a abstrair todo o social, com sua diversidade na unidade. Unidade que é dada exatamente pelo conjunto das relações sociais por ele negadas. Bem se sabe, são essas relações que, em seu conjunto, formam a sociedade. Nega-las significa, pois, negar a existência da própria sociedade, tal como ela realmente é, ou seja, capitalista. É o que faz Bell, com sua tese acerca da sociedade pós-industrial.

Se a sociedade permanece capitalista, é porque permanece a relação social básica que a constitui: trabalho assalariado e capital; relação essa, obviamente, de classe, a que correspondem formas determinadas de apropriação social, a saber: salário, lucro ou juro e renda da terra. Essas formas são as manifestações econômicas das citadas relações, por meios das quais se dá a distribuição e a conseqüente apropriação privada do produto social gerado. O salário refere-se ao trabalho pago, ao passo que o lucro ou o juro e a renda do solo referem-se ao trabalho não pago, isto é, à mais valia, da qual são expressões concretas. Enquanto aquele é apropriado pelo assalariado, estes são apropriados pelo capitalista e pelo proprietário fundiário, respectivamente. Isso equivale a dizer que: 1) essas relações se mantêm na sociedade atual como relações de exploração e de dominação de classes; 2) nem as classes nem os conflitos a elas relativos perderam importância nesta sociedade, visto que tais conflitos são inerentes a existência das classes; 3) a não ser de um ponto de vista apologético, deformador dos fatos, não se sustenta a idéia de remanejamento do poder às mãos dos técnicos e

cientistas, pois é nelas, classes sociais, que se radica o poder, mesmo hoje; 4) por fim e em suma, a sociedade continua, no essencial, capitalista. Afasta-se, assim, de vez, a tese de Bell a respeito da sociedade pós-industrial.

Resta, no entanto, a questão relativa ao suposto conhecimento teórico dos profissionais. É bem verdade que, depois disso, ele nos fala de trabalhadores em informação. Separa, então, a informação dos serviços terciários. Mostra que, em meados da década de setenta, os trabalhadores do setor de informação nos Estados Unidos já constituíam o maior grupo isolado – cerca de 47% - na força de trabalho civil; os operários industriais respondiam por mais 28%; os trabalhadores em serviços por 22% e os rurais por 3%. Aponta que já em 1975 os trabalhadores em informação ultrapassaram os demais grupos (Bell, 1980, *apud* Kumar, 1997).

Fala-nos de dois tipos de empresa (pública e privada) de informação. As que produzem diretamente bens e serviços de informação comercializáveis. E as que contribuem de forma indireta – através de planejamento, marketing etc – para o produto, mas que não são oficialmente contadas como serviço de informação nos cálculos nacionais. Diz que, juntas, essas empresas geram números cujo montante sugere que a economia de informação americana equivale a 46% do PNB (Produto Nacional Bruto) e responde por mais de 50% de todos os ordenados e salários pagos, isto é, mais da metade da renda nacional. É nesse sentido que, segundo ele, os Estados Unidos transformaram-se numa economia de informação (Bell, 1980, *apud* Kumar, 1997). Nesta nova economia, novíssima, melhor dizendo, os serviços foram sobrepujados pela informação; a sociedade pós-industrial, por sua vez, foi substituída pela sociedade da informação.

Essa sociedade produz mudanças substanciais no seu interior. Muda a fonte de criação da riqueza e os fatores determinantes da produção. O trabalho e o capital, elementos básicos da sociedade industrial, são substituídos pela informação e pelo conhecimento – ei-lo novamente, diria. A teoria do valor trabalho cede lugar para a teoria valor conhecimento. Agora, o conhecimento, e não o trabalho, é fonte do valor (Bell, 1980, *apud*, Kumar, 1997).

No que tange a isso Bell não está só. Associam-se a ele outros teóricos da sociedade de informação. O microprocessador, diz H. Henderson (1978, *apud* Kumar, 1997), revogou finalmente a teoria do valor trabalho. Stonier (1983, *apud* Kumar, 1997) argumenta que a informação superou a terra, o trabalho e o capital como insumo mais importante no sistema moderno de produção. E Y. Masuda (1981/85, *apud* Kumar,

1997) proclama que, na nova sociedade, a mercadoria informação – que consiste de redes de informação e bancos de dados –, a organização básica da geração de informação, sucederá a fábrica como símbolo societário. Ela terá o caráter fundamental de uma infra-estrutura e o capital formado por conhecimento predominará sobre o capital material na estrutura da economia.

Para esses teóricos, conforme se nota, nós estaríamos perante uma nova realidade social, cujo substrato não é mais material e sim imaterial, a informação. O capital material teria sido sobrepujado pelo capital imaterial, quer dizer, pelo conhecimento. Retrocedemos ao idealismo, penso, numa época em que a materialidade salta aos olhos. Não só. Ainda que se materialize em coisas, o capital, já se sabe, não é uma coisa mas relação social, cujo conjunto, insisto, forma a sociedade. Por mais que esta tenha mudado, e mudou, essa mudança não a dissolveu nem tampouco as relações que a sustentam. Se bem que modificadas, ambas se mantêm como capitalistas. O excedente do trabalho prossegue sendo extraído sob a forma de mais valia. E a mais valia é específica do capitalismo. Além do que, não há mais valia sem classes, as quais não existem sem luta. São elas, classes e suas lutas, os agentes da transformação social. O seu extraordinário avanço tecnológico apenas acelera as condições materiais necessárias a essa transformação. Não acarreta por si só o aparecimento de uma nova sociedade. Tal aparecimento depende, em última análise, dos homens que, ao adquirirem nova tecnologia, podem alterar a sua maneira de produzir, e com ela as relações sociais que lhes são correspondentes e as leis que as presidem. É o chamado momento da revolução social, na e para a qual as lutas de classes tem papel decisivo. Elas são os seus agentes.

A não ser para Bell e demais adeptos da nova sociedade, não consta que isso perdeu a validade. Se tal fato tivesse realmente acontecido, a sociedade capitalista teria sido abolida. Seria, então, procedente decretar a sua morte. Nós certamente estaríamos vivendo agora noutra sociedade. Sem as ditas relações, a sociedade não se manteria. Teria sido destruída por completo. Ela não é um aglomerado de indivíduos. É uma relação social específica, protagonizada por assalariados e capitalistas, os quais exprimem uma contradição básica. São esses senhores que se apropriam do produto social sob a forma de salário, lucro ou juro. A renda cabe ao proprietário de terra. Pois bem. É a forma valor que possibilita isso. A apropriação é indireta. Pressupõe o mercado, quer dizer, a troca. As suas fontes são o trabalho, o capital e a propriedade da terra.

Temos aí algumas evidências. Uma delas é reveladora do caráter social da produção, da qual a troca e a distribuição não são mais que momentos particulares. A outra é reveladora da vigência da lei do valor. A qual é corroborada pela sociabilidade em vigor, que se define na troca, por meio da forma valor. Se o valor permanece como definidor da sua sociabilidade, é porque ela permanece capitalista. Esta é a terceira e última evidência que queremos ressaltar.

Quanto ao valor, vale dizer que, além de definir a sociabilidade capitalista, ele preside a troca, e a sua própria valorização. Se, no momento, tem dificuldades para valorizar-se, não é por ter perdido a eficácia ou por ter sido substituído pelo conhecimento, consoante querem os teóricos da sociedade de informação, entre os quais se incluem, conforme sabemos, Bell. E sim porque a sociedade está em crise. Embora em crise, ela não acabou. Não deu lugar a outra sociedade, seja esta pós-industrial ou de informação. Ao revés. A crise ratifica a sua existência capitalista, decorrente que é da queda da taxa de lucro – prova incontestada da vigência da lei do valor que, por sua vez, prova a existência do capital, esse sujeito automático que se autovaloriza seguidamente. A sociedade é, com efeito, capitalista, não é demais repetir, sobretudo quando se tem uma interlocução que alega o seu fim. Ficam desta maneira interditados quaisquer intentos de denominá-la de outra forma.

Se ela persiste capitalista, é porque o capital persiste como seu mandatário mor, que a tudo domina, inclusive os serviços e a agropecuária convertidos por ele em ramos da indústria. Tem o controle da produção social, da sociedade e do estado. Haja vista as reformas que se vem promovendo. O que há é uma nova correlação de forças, correspondente ao novo padrão de acumulação instalado sob a hegemonia do capital financeiro, e que compreende empresas das áreas de telecomunicação, comunicação, informática e serviços. Padrão esse que originou dos impasses nos quais desembocou a acumulação no começo dos anos setenta e cuja implantação se deve tanto à economia quanto à política econômica assumida pelo estado. Foi graças a intervenção sistemática deste que foram gestadas as condições necessárias a sua implementação e consolidação. Ele desregulamentou mercados de trabalho e, sobretudo, de capital, privatizou empresas, desmantelou serviços públicos, estimulou a centralização de capitais, precarizou o trabalho, agravou o desemprego e o subemprego e acentuou a desigualdade social. Deu assim ao capital a liberdade plena de movimento, para que pudesse se instalar onde quisesse, o tempo que quisesse, tendo como suporte o mínimo de obrigações trabalhistas e tributárias. Sindicatos foram destruídos, greves sufocadas

(Chesnais, 1997). As organizações trabalhistas foram praticamente desmanteladas. Tudo isso em prol da nova ordem que, como se depreende, não se sustenta no suposto conhecimento mas em interesses materiais.

Deriva disso, o aumento da informalidade. Ela é, nos dias correntes, expressiva em uma crescente parcela das ocupações, cujas funções são, em grande parte, executadas por estrangeiros, geralmente latino-americanos – refiro-me ai aos Estados Unidos, base empírica da análise de Bell. As ocupações menos valorizadas socialmente, legais e clandestinas, são freqüentemente preenchidas por imigrantes oriundos de outros países, entre os quais se destacam os da América Latina. Tendência essa que também se verifica na Europa com africanos, asiáticos, portugueses etc. Mas é nos países periféricos que a informalidade adquire uma dimensão incomparável. No Brasil, por exemplo, somente cerca de 48% da população economicamente ativa (PEA) possui contrato formal de trabalho. Se se descontar os serviços públicos, regidos por regime especial de trabalho, esse percentual cai para 40% (Oliveira, 2000).

Malgrado isso, a precarização do trabalho é hoje geral. Ocorre em toda parte, com a redução de empregos estáveis, a subcontratação, os temporários, em tempo parcial, eventuais, o trabalho em domicílio, por conta própria etc (Singer, 1998). Essa é a prática atual: reduzir ao máximo o pessoal empregado, com a finalidade de diminuir os custos de produção e impedir a organização dos trabalhadores, mediante o incremento do desemprego e da precarização do trabalho, que os fragiliza e os põem na defensiva (Fergus, s/d; Mandel, 1990).

Esse processo, em andamento desde meados da década de setenta, momento da eclosão da crise econômica que assola a sociedade ainda agora, e que tem atrás de si um aumento brutal da produtividade do trabalho, alcançado no período anterior (1945 – 1973), foi acelerado artificialmente pela ação estatal, a partir de fins da citada década de setenta e começos da de oitenta, quando adota medidas privatistas e desreguladoras dos mercados, em particular do trabalho e do capital, além de outras que impulsionam a centralização de capitais e acentuam as disparidades sociais, regionais e nacionais, o que significa, de um lado, maior dependência externa dos países periféricos em relação aos países centrais, em especial aos Estados Unidos e, de outro, mais pobreza e miséria de muitos ao lado do enriquecimento de poucos, miséria e pobreza que se alastram pelo mundo, deixando de ser específicas dos países menos desenvolvidos. A nova ordem social revela a sua face perversa. Ordem essa que, a não ser que se queira acobertá-la,

permanece capitalista. Porém, assentada em um novo padrão de acumulação, já devidamente esclarecido.

Tamanha se tornou a superfluidade de trabalhadores, que os empresários, personificadores do capital, se dão ao luxo de selecioná-los segundo critérios por eles fixados, dos quais fazem parte nível de escolaridade, especialização, experiência etc. Não é que esses requisitos sejam imprescindíveis ao exercício das funções para as quais se pretende contratá-los. Tais requisitos apenas dão mais prestígio a empresa contratante. A tendência predominante é, no entanto, outra: a de desqualificar e simplificar o trabalho. Isso, contudo, num contexto amplamente desfavorável ao trabalhador, que se encontra fragilizado. Tal fato, é claro, repercute sobre os salários, achatando-os. Mesmo assim o capital é movido a inovar a tecnologia.

A desqualificação deixou de ser privilégio do operário fabril. Há quem diga que suas maiores vítimas são agora os profissionais de nível superior (Baran, *apud*, Kumar, 1997). Nem mesmo os especialistas em computação fogem disso. De início, houve uma separação entre analistas de sistemas e programadores, quer dizer, entre os que concebiam e os que executavam os programas. Posteriormente, os programadores separaram-se dos operadores, que efetuavam tarefas repetitivas de codificação. A criatividade fica reservada ao planejamento e a preparação de programas, que podem ser em seguida implementados por programadores. A feminização da programação e da operação é aqui, da mesma maneira que nos escritórios e nos bancos, indicativa da sua desqualificação (Kumar, 1997).

Possuem posições privilegiadas os detentores da inovação, os quais, com certeza não são os técnicos, cientistas e outros profissionais e sim as empresas, os grandes grupos empresariais, que monopolizam tais inovações. Some-se a isso que a organização taylorista não se restringe ao trabalho braçal. Ela se adapta perfeitamente ao trabalho burocrático de rotina, cujos exemplos mais comuns são os escritórios e os bancos, assim como às funções novas e antigas de numerosos profissionais de nível superior e técnicos especializados.

Para muitos trabalhadores do setor de informação, a aplicação da informática deu prosseguimento a desqualificação iniciada com a primeira revolução industrial. (Kumar, 1997). Algo semelhante ocorre nos escritórios e bancos antes mencionados. Neles, a desqualificação começa com a introdução da máquina manual. Depois dela, vieram sucessivamente a máquina elétrica, a máquina eletrônica e, por fim, o computador. Não só se deu uma desqualificação do trabalho, simbolizado de

feminização da força de trabalho, como houve uma redução brutal do número desta. Arquitetos e desenhistas industriais tiveram seus trabalhos desqualificados e simplificados pelo programa CAD.

Como se nota, temos motivos suficientes para duvidar de que a força de trabalho esteja adquirindo maior perícia técnica e conhecimento teórico. Mesmo porque, pensar nestes termos é supor que o capital venha a se tornar novamente refém do trabalho. O que é improvável. Pois isso contraria a sua lógica, que consiste em reduzir o tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho. Requalificá-la significa encarecê-la, fato que oneraria o capital, além de torná-lo dependente do trabalho. O que se verifica é, na verdade, o oposto disso. O capital visa, incessantemente, elevar a produtividade do trabalho com vistas a reduzir o custo de reprodução do trabalhador. Essa é a sua maneira peculiar de agir, vital à sua ampliação, regulada que é pela lei do valor e sua correlata, a concorrência. Sequer ele, capital, move-se livremente. Gira sempre em torno da produtividade social, à qual se submete e da qual depende. Por isso, inova, a fim de se aproximar da aludida produtividade social, ou arrisca-se a perecer. Não apenas isso. A concorrência o leva a migrar para as atividades mais rentáveis. Mas nem todo capital individual pode fazê-lo. Somente os maiores e mais fortes. Aos menores e mais frágeis restam as atividades menos rentáveis. Todos eles, entretanto, gravitam ao redor da taxa de lucro, da qual dependem. Quando se distanciam muito dela, tendem a operar no negativo. Perdem poder de fogo no mercado, onde correm grandes riscos de eliminação por seus rivais, com os quais competem. Eis por que inovam. São impelidos pela concorrência. Inovam ou sucumbem. Além de meio de elevar a produtividade, a inovação tecnológica é a arma com a qual os capitais se eliminam mutuamente.

São inegáveis as mudanças provocadas pela nova tecnologia. Não há como contestá-las. Mas daí supor a emergência de uma nova sociedade, tem uma enorme diferença. Essa concepção é tão mecanicista quanto a anterior. Ambas prescindem da ação humana, dos conflitos e das lutas inerentes a toda situação de mudança. Trata-se, a rigor, de uma revolução sem revolução, isto é, sem antagonistas, em que a informática substitui a práxis.

A informática e a automatização que dela resulta não requalificam e re-especializam os trabalhadores. Nem os liberam das tarefas fastidiosas e repetitivas.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> “Seu objetivo é sempre duplo: substituir uma parte dos trabalhadores por máquinas mais complexas e mais eficazes e portanto reduzir a quantidade de trabalho para uma mesma produção; mas também, e ao

Elas, na verdade, desqualificam e simplificam o trabalho. Contribuem, desse modo, para a sua indiferenciação e conseqüente universalização (Gorz, 1982). Essa é a tendência em curso, mas que não é nova, pois sua origem remonta à primeira revolução industrial (Tauile, 1999)<sup>4</sup>.

## BIBLIOGRAFIA

- BELL, D. *O Advento da Sociedade Pós-Industrial*. São Paulo. Cultrix. 1974.
- BRAVERMAN, H. *Trabalho e Capital Monopolista*. Rio. Zahar. 1977.
- CHESNAIS, F. “A emergência de um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro”. São Paulo. *Praga*. estudos marxistas, nº 3, set/1997.
- DARHENDORF, R. *As Classes e seus Conflitos na Sociedade Industrial*. Brasília. Editora UNB. 1982.
- FERGUS, M. *Descentralização da Produção: o declínio do trabalhador coletivo de massa*. Araraquara. FCL-UNESP-Ar. s/d. mimeo.
- GALBRAITH, J. K. *O Novo Estado Industrial*. Rio. Civilização Brasileira. 1969.
- GORZ, A. *Adeus ao Proletariado, para além do socialismo*. Rio. Forense. 1982.
- KOWARICK, L. *O capitalismo e Marginalidade na América Latina*. Rio. Paz e Terra. 1975.
- KUMAR, K. *Da sociedade Pós-Industrial à Pós-Moderna*. Rio. Zahar. 1997.
- MANDEL, E. “O Capitalismo Tardio”. São Paulo. Abril Cultural. 1983. *Os Economistas*.
- MANDEL, E. *A Crise do Capital*. São Paulo. Editora Ensaio. 1990.

---

mesmo tempo substituir a intervenção inteligente do trabalhador por regulamentos e controles automáticos, os quais, mais do que nunca, fazem dos operadores aquelas pessoas fatigadas que vêm a máquina impor-lhes inexoravelmente um número preciso de gestos que exigem a maior atenção e mais completa vacuidade de espírito” Gorz, A. *Adeus ao Proletariado, para além do Socialismo*. Rio de Janeiro, Forense, 1982.

<sup>4</sup> “(...) Com a convergência tecnológica abrangendo seguimentos da atividade econômica os mais diversos, a diferenciação profissional no interior do mercado de trabalho está se tornando significativamente mais tênue e as fronteiras entre as qualificações básicas necessárias ao exercício de muitas (e antes diferentes) profissões, sendo diluídas como nunca”. Tauile, J. R. “As transformações do capitalismo contemporâneo e sua natureza na análise de Marx”. *Revista de Economia Política*, vol. 19, nº1 (73), janeiro/março/1999.

- MARX, K. *O Capital (Capítulo VI, inédito)*. São Paulo. Ciências Humanas. 1978.
- MARX, K. “O Capital”. São Paulo. Abril Cultural. 1985. *Os Economistas*.
- OLIVEIRA, F. “O Terciário e a Divisão Social do Trabalho”. *Estudos Cebrap*. 24. São Paulo. Cebrap/Vozes. s/d.
- OLIVEIRA, F. “Passagem na Neblina”. *Classes Sociais em Mudança e a Luta pelo Socialismo*. São Paulo. Perseu Abramo. 2000.
- SINGER, P. *Globalização e Desempregados*. São Paulo. Contexto. 1998.
- TAUILE, J. R. “As transformações do Capitalismo Contemporâneo e sua Natureza na Análise de Marx”. *Revista de Economia Política*. Vol. 19. nº 1 (73), Jan/Março/1999.
- TOURAINÉ, A. *Sociedade Pós-Industrial*. Lisboa. Moraes Editores. 1970.
- WEBER, M. “Classe, estamento, partido”. Gerth, H. e Mills, C. W. (orgs). *Ensaíos de Sociologia*. Rio. Zahar. 1974.